



Universidade Federal do Pampa

**Campus Santana do Livramento
Graduação em Administração
Trabalho de Curso**

PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA DOS EMPREGADOS PÚBLICOS DA CORSAN DE QUARAÍ-RS COM RELAÇÃO AO DISCURSO DE PRIVATIZAÇÃO

Autoria: Natália Silveira Vaz Martins

Orientador: Prof. Dr. Igor Baptista de Oliveira Medeiros

Resumo: Este estudo buscou analisar como se dá a formação discursiva em torno da privatização da CORSAN e como os empregados públicos da unidade de Quaraí resistem ao discurso de privatização proposto pelo Governo Estadual ao longo das últimas décadas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, a partir da análise do discurso, com base em Foucault. Para investigar esses discursos, foram analisados documentos que mostravam práticas históricas dos empregados da empresa, bem como foram entrevistados empregados que tinham presenciado outras tentativas do Governo Estadual de privatizar a empresa em épocas passadas. Diante disso, foi possível perceber, a partir da genealogia realizada, como os empregados da empresa se constituem como indivíduos. Seus discursos estão pautados em enunciados como: o enunciado da eficiência, o enunciado do coletivismo, o enunciado do individualismo, o enunciado da (des)politização e o enunciado do privilegismo. Os empregados costumavam fazer frente ao processo de privatização fazendo greves, porém pararam com essa prática, pois a comunidade não a aprova. As práticas que costumam fazer são moções de repúdio contra a privatização para a Câmara de Vereadores e, eventualmente, abaixo-assinados.

Palavras-chave: Privatização. CORSAN. Discurso. Formação discursiva. Genealogia.

RESISTANCE PRACTICES BY CIVIL EMPLOYEES OF CORSAN FROM QUARAÍ-RS REGARDING THE PRIVATIZATION DISCOURSE

Abstract: This study aimed to analyze how the discursive formation around the privatization of CORSAN occurs and how the employees of the unit from Quaraí resist the privatization discourse proposed by the State Government over the last decades. To this end, a qualitative research was conducted, from the discourse analysis, based on Foucault. To investigate these discourses, documents that showed historical practices of the company employees were analyzed, as well as employees, who had witnessed other attempts of the State Government of privatize the company in past ages, were interviewed. Given this, it was possible to understand, from the genealogy performed, how the company employees are constituted as individuals. Their discourses are based on enunciations such as, the enunciation of efficiency, the enunciation of collectivism, the enunciation of individualism, the enunciation of (de)politicization and the enunciation of privileges. Employees used to face the privatization

process by going on strikes, but they stopped this practice, because the community does not approve it. The practices they usually do are motions of repudiation against the privatization to the City Council and, eventually, undersigned.

Keywords: Privatization. CORSAN. Discourse. Discursive formation. Genealogy.

PRÁCTICAS DE RESISTENCIA DE LOS EMPLEADOS PÚBLICOS DE CORSAN DE QUARAÍ-RS CON RESPECTO AL DISCURSO DE PRIVATIZACIÓN

Resumen: Este estudio buscó analizar cómo se produce la formación discursiva en torno a la privatización de CORSAN y cómo los empleados de la unidad de Quaraí resisten al discurso de privatización propuesto por el Gobierno del Estado a lo largo de las últimas décadas. Para tanto, se realizó una investigación cualitativa, a partir del análisis del discurso, con base en Foucault. Para investigar esos discursos, fueron analizados documentos que mostraban prácticas históricas de los empleados de la compañía, así como fueron entrevistados los empleados que habían presenciado a otros intentos del Gobierno Estatal de privatizar la empresa en épocas pasadas. Ante esto, fue posible percibir, a partir de la genealogía realizada, cómo los empleados de la empresa se constituyen como individuos. Sus discursos están pautados en enunciados como: el enunciado de la eficiencia, el enunciado del colectivismo, el enunciado del individualismo, el enunciado de la (des)politización y el enunciado de privilegios. Los empleados acostumbraban hacer frente al proceso de privatización haciendo huelgas, pero pararon con esa práctica, pues la comunidad no la aprueba. Las prácticas que acostumbran hacer son mociones de repudio contra la privatización para las Juntas de Ediles y, a veces, recolección de firmas.

Palabras-clave: Privatización. CORSAN. Discurso. Formación discursiva. Genealogía.

1 INTRODUÇÃO

Praça Matriz da cidade de Quaraí. Há muitas pessoas reunidas, todas com a mesma camiseta. Quem são? O que fazem às 10 horas da manhã, pleno horário comercial, na praça da cidade entregando folhetos às pessoas que passam caminhando? O que desejam, todas aglomeradas em um mesmo lugar? São empregados públicos, trabalham na Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN – da cidade, e nesta manhã, dia 22 de março de 2019, fazem uma paralização em seu trabalho com a finalidade de manifestar sua contrariedade à possível privatização da empresa em que trabalham. A partir da situação exposta, este artigo visa analisar como se dá a formação discursiva em torno da privatização da CORSAN e como os empregados públicos da unidade de Quaraí resistem ao discurso de privatização proposto pelo Governo Estadual ao longo das últimas décadas.

Nessa toada, Santos e Rossi (2005, p. 74) alertam que se torna “cada vez mais atual a discussão sobre as implicações da transformação de um bem público como a água em mercadoria”. O assunto divide opiniões dos empregados tanto de empresas que estão vivendo a iminência de uma privatização quanto de empresas que já atravessaram o processo. Porém, de forma genérica, a privatização foi qualificada como benéfica quando ligada à capacidade de ascensão na profissão e na vida particular dos empregados, bem como à maior eficácia na conclusão de tarefas do trabalho, e também na administração da empresa. No entanto, as transformações oriundas da privatização também causam aflição e desassossego, sendo, assim, recebidas com rejeição por outra parcela dos trabalhadores (BASTOS; SANTOS, 2007).

Assim, os autores Santos e Rossi (2005) e Ferreira et al. (2010) concordam e enfatizam o caráter político que empresas estatais possuem em sua gestão. Ademais, quando essas organizações públicas passam por alguma alteração extrema ou definitiva, como uma privatização, surgem uma nova cultura organizacional e novas formas de poder, oriundas de modificações nas convicções, diretrizes e ideologias dos trabalhadores. Nessa perspectiva, identifica-se uma reação negativa de parte dos empregados a essas mudanças em organizações em que se têm como características fortes a segurança e a capacidade de continuidade dos empregados na mesma empresa por muitos anos (FERREIRA et al., 2010).

Além disso, conforme o que dizem os autores Palassi e Silva (2014), normalmente os empregados se reconhecem com suas funções, tarefas e atividades, e com o sentido que esse emprego tem para si, já que é fonte de abastecimento para sua família e/ou de afirmação da sua posição na comunidade a que pertencem. Por isso, os autores colocam que esses empregados sentem que o Governo e a empresa não identificam e reconhecem o seu trabalho quando decidem optar por privatizar a organização.

Sobre a resistência desses empregados às mudanças, Marques et al. (2014, p. 171) explicam que ela se relaciona com comprometimento, pois “quanto maiores os níveis de resistência à mudança organizacional, menor o grau de comprometimento do empregado com a organização. Isto é, quanto mais o empregado rejeita a mudança na organização, menos comprometido ele se torna”. Somado a isso, os mesmos autores colocam que existem ainda causas particulares de cada empregado que o fazem resistir a mudanças, como incertezas, coação dos colegas e ameaça a harmonia e convivência da coletividade. Os autores Marques, Borges e Almada (2016) confirmam acrescentando que a resistência à mudança também se relaciona com o grau de estresse dos empregados, já que quanto mais resistente estiver o empregado, mais estressado ele ficara com a mudança; enquanto que quanto menos resistente ele estiver, menos sofrerá com estresse. Os autores afirmam ainda que mesmo que os empregados não estejam muito resistentes, ainda assim haverá um pouco de estresse, tendo em vista que as mudanças causam dúvidas e insegurança aos trabalhadores.

Junior, Medeiros e Teixeira (2017) consideram que os empregados observam os movimentos do contexto profissional em que estão inseridos para exprimir suas reclamações contra circunstâncias que lhes desagradam; e posteriormente, seus atos atuarão na formação da aparência da empresa perante a sociedade. Já os autores Rezende, Freitas e Silva (2011) falam que quando começa a ocorrer uma transformação dentro de uma organização, são alterados a missão, os valores e a cultura do ambiente, gerando também resistência nos empregados que aí trabalham. É normal que modificações dentro das organizações se choquem com as ideias dos trabalhadores, resultando em resistências ao processo de mudança, e isso acontece porque esses trabalhadores preferem seguir nas suas tarefas habituais ao invés de sair de sua comodidade e ter que se adaptar às novas práticas da empresa. Essas mudanças causam angústia, temor, distanciamento da situação ou agrado (PAIVA; ANDRADE, 2012).

Com os resultados alcançados em sua pesquisa, Feuerschütter (1997) ressalta que são importantes as ligações de poder em conjunto com os padrões culturais quando se deseja estudar os processos organizacionais, para buscar compreender a administração, as ligações trabalhistas, e as práticas de poder e dominação que cada organização possui. A autora coloca ainda que, em se tratando de organizações públicas, as ligações “são diretamente afetadas pelo quadro político-partidário vigente”, e assim, as metas são determinadas levando em conta critérios externos à organização, o que muitas vezes as afasta dos empregados (FEUERSCHÜTTER, 1997, p. 91).

E isso nos leva a Michel Foucault (1984, p. 3), filósofo que dará base a esta pesquisa, ao mencionar que é impossível, sem se conhecer, cuidar de si, já que “o cuidado de si é certamente o conhecimento de si [...], mas é também o conhecimento de um certo número de

regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições. Cuidar de si é se munir dessas verdades”. Do mesmo modo, os empregados da CORSAN de Quaraí possuem princípios que os regem, que fazem com que manifestem suas práticas discursivas, relacionadas com as suas verdades. Nesse sentido, esta pesquisa buscou analisar como se dá a formação discursiva em torno da privatização da CORSAN e como os empregados públicos da unidade de Quaraí resistem ao discurso de privatização proposto pelo Governo Estadual ao longo das últimas décadas.

O presente artigo é relevante para o meio acadêmico, pois o Brasil começou a ter algumas empresas estatais privatizadas em meados da década de 1990, o que é relativamente recente relacionado a outros países (COSTA, 2011) e a dificuldade do assunto contribui como empecilho para o reconhecimento de informações adequadas ao entendimento do curso da economia brasileira (SIQUEIRA, 2009). Somado a isso, Pena et al (2017, p. 50) explicam que “relações de poder não são simétricas, não são fixas e não são eternas. Elas são cíclicas, se transformam e ganham novas configurações conforme os contextos, mas não deixam de existir”.

Além disso, faz-se também necessário compreender quais são as práticas de resistência que os empregados da CORSAN de Quaraí utilizam contra esse poder que se transforma e reinventa, tendo como consequência novas reações de parte dos empregados. Ademais, a literatura de administração tem priorizado trabalhar a resistência nas organizações a partir de um viés gerencialista, como evidenciado por Marques, Borges e Almada (2016) ao afirmarem que para diminuir a resistência dos trabalhadores a diretoria teria que dar atenção aos motivos da relutância deles. Ainda, a literatura existente sobre as transformações em organizações enfatiza a apresentação de modelos sobre como lidar com a resistência dos trabalhadores. Partindo desse viés gerencial-comportamentalista, Rezende, Freitas e Silva (2011) salientam que cada contexto organizacional deve ter um tratamento específico, até para que os gestores consigam tornar a resistência em algo positivo, e não negativo, como a lógica da contestação se coloca nas práticas de trabalho e de resistência a mudanças organizacionais (REZENDE; FREITAS; SILVA, 2011). Diferente dessa abordagem predominante, esse estudo se torna relevante ao procurar analisar a resistência como prática de si na constituição dos sujeitos que vivenciam esse tipo de mudança organizacional, qual seja, um processo de privatização.

Outrossim, justifica-se a importância deste estudo com as considerações dos autores Palassi e Silva (2014) e Paiva e Andrade (2012), que sugerem que sejam feitas pesquisas sobre circunstâncias de outras organizações com privatização iminente para estudar seus impactos sobre os empregados, a fim de que se possa amplificar o entendimento da expectativa do desapontamento nessa situação.

Este estudo está estruturado em cinco seções: introdução, referencial teórico, método, análise dos resultados e considerações finais. A seguir, no referencial teórico, este estudo traz, pela lógica de Foucault, as definições de poder, relações de poder, resistência e sujeito. Logo, tem-se a explicação de como ocorre a formação discursiva, por meio de enunciados, regularidades discursivas, arquivo e genealogia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esse referencial teórico vai discorrer sobre os seguintes eixos teóricos: as relações de poder e resistência em Foucault, quando fala como se exerce e manifesta o poder e a resistência, e logo em seguida, se trabalhará com a ideia de formações discursivas, que é importante para entender, posteriormente, a via genealógica do discurso de privatização da CORSAN.

2.1 Relações de Poder e Resistência em Foucault

Para compreender em que consistem as relações de poder, Foucault (1995, p. 234) sugere que sejam antes entendidas “as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações”. Ou seja, é interessante que se compreendam as formas de resistência como um início antes das relações de poder, para assim investigar as relações de poder por meio da confrontação das estratégias (FOUCAULT, 1995).

Para Foucault (1995), nos últimos anos tem acontecido lutas antiautoritárias com o propósito de afrontar uma forma de poder. Essas lutas antiautoritárias possuem características em comum, como: a) se manifestam não somente em um país, porém em vários, concomitantemente; b) as lutas têm como objetivo o poder, pois não querem que as pessoas sejam reféns de outros detentores de poder, como por exemplo a medicina e os médicos, que por possuírem conhecimento, exercem poder sobre os corpos; c) não buscam atingir os grandes detentores de poder, mas sim, os que lhes são mais próximos, que possuem influência direta sobre eles; d) estão contra tudo que separa e difere as pessoas, porém também estão contra o que os une e generaliza; e) estão contrárias ao favorecimento por detenção do saber, do conhecimento; e, por fim, f) querem compreender: quem somos? Essa forma de poder a que as lutas antiautoritárias estão contra busca, diariamente, tornar os indivíduos em sujeitos, classificando-os, determinando-os com sua individualidade, conciliando-os à sua identidade, forçando-os a obedecer a uma lei de verdade, que deve ser aceita e distinguida no indivíduo. Nesse sentido, existem dois tipos de sujeito: “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento” (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Desde o século XVI, o Estado se apresentou, frequentemente, como uma forma nova de política de poder. Foucault (1995) compara o poder do Estado ao poder pastoral, desempenhado por instituições eclesiásticas, que foi enfraquecendo desde o século XVIII, enquanto o poder do Estado se estabeleceu mais na sociedade. O poder pastoral, enquanto instituições eclesiásticas, refere-se ao poder dos pastores que buscam auxiliar e guiar a vida das pessoas para que alcancem a salvação. Em contrapartida, o poder pastoral exercido pelo Estado busca: a) garantir a vida das pessoas agora, enquanto vivem, e o faz dando-lhes recursos, segurança, padrão de vida, entre outros; b) fortalecer a administração do poder pastoral, criando instituições como a polícia e hospitais; e c) ampliar o saber globalizador (referente à população) e quantitativo (alusivo ao indivíduo) (FOUCAULT, 1995).

Buscando entender como se exerce e manifesta o poder, Foucault coloca que:

O que caracteriza [...] o “poder” [...] é que ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos). [...] Se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou de mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que “alguns” exercem um poder sobre os outros. O termo “poder” designa relações entre “parceiros” ([...] um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras) (FOUCAULT, 1995, p. 240).

Sobre a particularidade das relações de poder, Foucault diz que:

Aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação [...] que age sobre sua própria ação.” O exercício do poder “é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Além disso, é importante tomar em conta a liberdade. Para Foucault (1995), o poder não é exercido em indivíduos escravos, pois nesse caso, os escravos estão sujeitos não ao poder, mas à coerção física, logo, o poder só é encontrado onde há liberdade, onde os indivíduos podem escapar porque são livres, onde podem esboçar diferentes reações, ter distintas condutas, comportamentos e posições.

Para estudar a relação de poder, Foucault (1995) diz que devem-se levar em conta alguns aspectos: a) existem características diferenciais que, na relação de poder, tornam-se, simultaneamente, condições e efeito; b) cada indivíduo tem um objetivo para exercer seu poder (seguir regras, manter-se em uma posição de destaque, entre outros); c) existem modalidades instrumentais que podem ser utilizadas nas relações de poder, eventualmente, para mantê-las (regras ditas e claras ou implícitas, sistemas de patrulha, ameaças); d) as relações de poder podem ser institucionalizadas; e por fim, e) as relações de poder se criam, se adaptam, e se transformam, de acordo com o meio em que estão, e até baseadas nas resistências com as quais lidam.

Quanto às relações de poder e às estratégias, já que a liberdade é condicionante para a existência de poder, Foucault (1995, p. 248) coloca que “toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir.” Qualquer estratégia de enfrentamento deseja transformar-se em relação de poder; e qualquer relação de poder tende a transfigurar-se em estratégia vitoriosa, tanto ao prosseguir sua linha particular de crescimento, quanto ao defrontar-se com resistências, relutâncias dianteiras (FOUCAULT, 1995).

A dominação é um sistema universal, absoluto de poder cujas separações e implicações podem, ocasionalmente, ser descobertas, até no enredo mais frágil da sociedade; no entanto, e simultaneamente, é uma circunstância estratégica um pouco obtida e concreta em um grupo histórico de extensa época entre concorrentes (FOUCAULT, 1995).

O que converte, para Foucault (1995), a dominação de uma coletividade ou de uma camada social, e as resistências ou os conflitos aos quais a dominação se opõe um acontecimento central na história das sociedades é a circunstância de demonstrarem, de uma maneira absoluta e densa, na proporção da sociedade inteira, a incorporação das relações de poder com as relações táticas, estratégicas e seus impactos de ligação bilateral.

Em outra obra, Foucault (2001) busca compreender como um discurso que costuma se transformar a passos lentos consegue se modificar tão rapidamente, em certas ocasiões; ele busca saber o que determina e possibilita que essas transformações aconteçam; e os discursos que o autor analisa não são alterados por correções de falhas, ou por novas informações que surgem, ele conclui que se dão de acordo com o poder que rege o corpo social e o meio científico. O poder determina quais ideias e proposições serão aceitas pela ciência, logo, quando altera sua direção, os enunciados também se alteram, transformando o discurso.

2.2 Formações Discursivas pela via Genealógica

Para iniciar, Foucault (2013) estabelece que pesquisar uma formação discursiva é abordar um sistema de comportamentos ditos, proferidos, falados, na categoria dos enunciados e da positividade que a define; ou basicamente, é estipular a particularidade da positividade de um discurso. Conforme Foucault (2013), para que se consiga alcançar uma melhor compreensão sobre as formações discursivas e suas características, é necessário interromper formas de continuidade, tais como a tradição, a coletividade que já é habitual e os próprios discursos que vão ser estudados. Logo que essa continuidade for interrompida, vêm à tona um “conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um” (FOUCAULT, 2013, p. 32). Assim, surge um esboço de relato de fatos discursivos como possibilidade para investigar

as unidades aí elaboradas; um conjunto de fatos ocorridos no universo do discurso (FOUCAULT, 2013).

A primeira unidade que faz parte de uma formação discursiva é o enunciado. Um enunciado é, de qualquer maneira, um evento que não pode ser consumido por completo nem pelo sentido, nem pela língua. Refere-se a uma ocorrência singular, pois se relaciona à uma escrita ou à uma oração, no entanto disponibiliza, para si mesmo, uma vivência restante de uma lembrança, ou na concretude dos manuscritos, dos documentos e de quaisquer formas de registro; logo após, porque é inédito como toda ocorrência, porém pode ser repetido, modificado, reacendido; enfim, porque relaciona-se não somente a ocasiões que o causam, e a implicações por ele geradas, porém, concomitantemente, e por distinta modalidade, a enunciados que vieram antes e a enunciados que virão depois (FOUCAULT, 2013).

O enunciado é, ainda, uma formação que se sustenta em um sistema de ícones, que não se reconhece nem com a admissibilidade da gramática, nem com a retificação racional, e que demanda, para se formular: uma referência (que não é um acontecimento, nem coisas, nem instrumentos, mas sim uma diferenciação); um sujeito (entidades estranhas, e não a pessoa que cria o enunciado); um lugar integrante (que não é o momento ou o local em que o enunciado foi criado, porém uma convivência para com outros enunciados); e uma materialidade (que não é o elemento originador do enunciado, mas sim a capacidade de reaproveitamento do enunciado) (FOUCAULT, 2013).

Depois de compreendido o significado do enunciado, o autor conceitua formação discursiva dizendo que:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 2013, p. 47, grifo do autor).

No conceito de formação discursiva, o autor cita sistema de dispersão, que são os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas. Quando busca conceituar regras de formação, coloca que são circunstâncias a que estão sujeitos os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas, logo, entende-se que os sistemas de dispersão são as regularidades discursivas. Em suma, “as regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (FOUCAULT, 2013 p. 47). Segundo o autor, para que uma formulação discursiva se estabeleça como tal, é importante também que se possa determinar um conjunto equivalente a ela, que se possa detectar que todos objetos do discurso em foco nela se situem e localizem sua lei de aparecimento, que se possa verificar que o discurso pode originar, ao mesmo tempo ou consecutivamente, objetos que se anulam, sem que o discurso tenha que se transformar (FOUCAULT, 2013). Ainda segundo o autor, o que incumbe a uma formação discursiva e possibilita delinear o conjunto de conceitos, mesmo que desigual, que lhe são intrínsecos, é a forma através da qual esses distintos componentes estão ligados uns com os outros; “é esse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual” (FOUCAULT, 2013, p. 71).

Segundo Foucault (2013), uma formação discursiva não pratica a tarefa de ser uma ilustração que faz com que o tempo pare e se solidifica por muito tempo: ela estabelece uma regularidade, consistência, continuidade própria de sequência transitória; posiciona a noção da formação entre uma sequência de ocorridos discursivos e outra sequência de fatos, modificações, alterações e processos. Não se refere à uma forma que não se altera ao longo do tempo, mas sim de uma composição de correlação entre distintas séries temporárias. A

formação discursiva compõe associações de enunciados, ou seja, sistemas de comportamentos proferidos que não se relacionam entre si na superfície das frases, por vínculos de gramática; que não se relacionam entre si na superfície das proposições, por vínculos de lógica; que também não se relacionam na superfície das formulações, por vínculos emocionais; porém que se relacionam na superfície dos enunciados (FOUCAULT, 2013).

Conforme Foucault (2013), os tipos de enunciação, também chamados modalidades de enunciação, expressam, em diferentes circunstâncias, em distintas regiões, em inúmeras conjunturas possíveis quando se realiza um discurso, na descontinuidade de sua comunicação, sua dispersão.

Para que não se cometa o deslize de tentar dissecar o discurso de maneira inapropriada na tentativa de compreendê-lo, Foucault diz que:

Não se trata, aqui, de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria. Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às “coisas”, “despresentificá-las”; conjurar sua rica, relevante e imediata plenitude, que costumamos considerar como a lei primitiva de um discurso que dela só se afastaria pelo erro, esquecimento, ilusão, ignorância ou inércia das crenças e das tradições ou, ainda, desejo, inconsciente talvez, de não ver e de não dizer; substituir o tesouro enigmático das “coisas” anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses *objetos* sem referência ao *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo imaginário, mas que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão (FOUCAULT, 2013, p. 58, grifo do autor).

Além disso, Foucault (2013) coloca que o discurso não é a materialização, perfeitamente amplificadora, de um sujeito que pensa para desenvolvê-lo, que sabe sobre o assunto e que o diz, porém, é um sistema em que a dispersão do sujeito pode ser estabelecida, e também a interrupção da continuidade a respeito de si próprio. “Discursos [...] dão lugar a certas organizações de conceitos, a certos reagrupamentos de objetos, a certos tipos de enunciação, que formam, segundo seu grau de coerência, de rigor e de estabilidade, temas ou teorias” (FOUCAULT, 2013, p. 76). Posteriormente, o autor chama esses temas ou teorias de estratégias, que serão utilizadas para comprovar o discurso.

Foucault (2013) chama de arquivo os conjuntos de enunciados formados por acontecimentos e coisas. Por acontecimentos, entendem-se as circunstâncias e suas características de surgimento; e por coisas, entendem-se objetos com um espaço de utilidade para o discurso. O arquivo é importante para algo que Foucault (2013, p. 159, grifo do autor) chama de “*sistema geral da formação e da transformação dos enunciados*”. Anteriormente, o autor explicou que era imprescindível que se interrompesse a continuidade, que se deixassem de lado as tradições do passado, com o intuito de entender o discurso de maneira liberta, porém, o arquivo encontra-se entre a tradição e o esquecimento, uma vez que traz à tona acontecimentos passados, porém sem ser tão complexo quanto a tradição. O autor diz que o arquivo provoca o surgimento de diretrizes, especificações que possibilitam aos enunciados se sustentarem, e, de forma simultânea, se transformarem frequentemente (FOUCAULT, 2013).

Finalmente, Foucault (2013) consegue dar uma descrição absoluta ao discurso, dizendo que se trata de um sistema de enunciados, que se sustentam em uma mesma formação discursiva; o discurso não constitui um elemento eloquente ou protocolar, extraordinariamente capaz de se repetir e cujo surgimento ou uso pode ser indicado na história; é composto por uma quantidade finita de enunciados aos quais se determina um agrupamento de requisitos,

premissas de existência. O discurso não é um modelo perfeito e permanente, imutável que disporia uma história; a dificuldade não reside em compreender de que maneira e porque ele conseguiu aflorar e criar forma em dado período; ele é uma parcela da história, que posiciona o obstáculo de suas fronteiras, de suas lacunas, de suas modificações, das formas particulares da sua provisoriedade, e não de seu aparecimento brusco e inesperado em meio às colaborações do tempo.

Estudar uma formação discursiva pela via genealógica seria estudar sua formação desde o enunciado, com suas regularidades discursivas até o discurso final em si. Nesse sentido, por genealogia, Foucault (2001, p. 7) entende que se trata de uma tipologia da “história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história”.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa. Conforme Gil (2002), as pesquisas exploratórias têm a finalidade de promover maior entendimento do problema, para assim fazê-lo mais compreensível ou de elaborar hipóteses. Também se pode dizer que visam desenvolver ideias ou formar prognósticos. Para Cervo, Bervian e Silva (2007), as pesquisas qualitativas buscam expor, com rigor, a periodicidade com a qual um acontecimento se dá, sua associação e vínculo com outros, bem como suas singularidades. Além disso, tentam compreender as várias circunstâncias e ligações que acontecem na existência comunitária, política, financeira e outros fatores da conduta dos sujeitos, tanto por via de suas subjetividades como de coletividades mais heterogêneas.

Para tanto, o método escolhido foi a genealogia tendo por base Foucault. Segundo ele, a pesquisa genealógica se caracteriza como:

Uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica, é isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que considera a constituição dos saberes verdadeiros da época, dos discursos dos domínios de objetos, sem ter de se referir a um sujeito, quer ele seja transcendente em relação aos campos de acontecimentos, quer ele perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, 2001, p. 7).

Conforme Medeiros (2018, p. 87), a genealogia aponta para duas investigações basilares para se compreender uma sequência histórica: “as questões de proveniência e as condições de emergência”. Para Foucault (2001), a partir da proveniência se pode encontrar novamente a propagação das situações a começar por onde se desenvolveram. “A pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo” (FOUCAULT, 2001, p. 15).

Por outro lado, a genealogia ressalta a questão da emergência, ou seja, as circunstâncias que possibilitam que um enunciado desponte. “A emergência se produz sempre em um determinado estado das forças, [...] deve mostrar [...] a maneira como elas lutam umas contra as outras, ou seu combate frente a circunstâncias adversas” (FOUCAULT, 2001, p. 16).

Portanto, para Foucault (2001), a análise genealógica pelas duas perspectivas – proveniência e emergência – é uma demonstração de que os deslocamentos do pensamento derivam da pluralidade de situações e acontecimentos específicos.

Enquanto que a proveniência designa a qualidade de um instinto, seu grau ou seu desfalecimento, e a marca que ele deixa em um corpo, a emergência designa um lugar de afrontamento; é preciso ainda se impedir de imaginá-la como um campo fechado onde se desencadeara uma luta, um plano onde os adversários estariam em igualdade; é de preferência – o exemplo dos bons e dos malvados o prova – um "não-lugar", uma pura distância, o fato que os adversários não pertencem ao mesmo espaço. Ninguém é, portanto, responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no interstício (FOUCAULT, 2001, p. 16).

Medeiros (2018) também coloca em discussão a definição de genealogia versus a de arqueologia, visto que alguns autores utilizam as duas palavras juntas para fazer: arqueogenealogia. Porém, para ele, enquanto a análise genealógica procura no enredo da história a formação do sujeito desde seus vínculos com os saberes verdadeiros, a arqueologia é uma inquietação com a formação discursiva de um espaço do saber, com os instrumentos ou modalidades enunciativas que permitem ter contato com o “dizível e o indizível” em dado momento histórico (MEDEIROS, 2018, p. 91). A arqueologia refere-se a uma investigação do discurso dos saberes criados como paradigmas enunciativos que, através do tempo, passam por modificações, alterando o arranjo do saber, o que implica que distintos níveis de discursos e procedimentos se priorizem, viabilizando sua arqueologia. Por outro lado, a genealogia, como estudo histórico, pode ser percebida “como o exercício de análise das produções do atual e do virtual no real. [...] Toda genealogia deve ser uma análise de coexistências; de um espaço onde passado e presente coexistem e operam conjuntamente na produção do real” (MEDEIROS, 2018, p. 105).

A genealogia é extemporânea. Extemporânea é a característica de situações que acontecem fora do prazo, depois que o tempo apropriado passou. Nesse sentido, a genealogia caracteriza-se como extemporânea pois propõe desmembrar os elementos do tempo para colocá-las em análise, desatrelá-las, salientar sua posição no percurso da história, em suma, outorgar-lhes a oportunidade de inserir nos corpos seus traços: passado, presente e futuro convivendo nos momentos peculiares da vivência. O estudo genealógico advém de princípios diversos, buscando aproximar-se do instante de propagação de ocorrências ao redor de um objeto, decompondo o que dele encontrava-se unificado, demonstrando a sua dissemelhança. Não se inicia procurando um princípio inaugural essencialista. Por isso, a genealogia é uma análise incompleta, sem terminação (MEDEIROS, 2018).

Nesse sentido, buscou-se engendrar essa genealogia, tentando compreender a formação discursiva em torno da privatização de empresas públicas estaduais, nesse estudo, em foco os empregados da unidade de Quaraí da CORSAN e, em um segundo momento, verificar possíveis controvérsias entre os empregados sobre a privatização. Assim, além de observar a disputa de discursos sobre o tema dentro dessa empresa pública, procurou-se realizar um percurso metodológico com entrevistas, pesquisa documental, registros históricos, regulamentações e leis.

3.1 Uso das fontes de coleta

O olhar que se fez aos documentos era buscando os momentos de descontinuidade, de ruptura com a forma de lidar, organizar, gerir a CORSAN. E as entrevistas serviram para tentar identificar os enunciados que dão base à formação discursiva em torno da privatização de empresas públicas estaduais, já que os entrevistados foram empregados que tinham presenciado outras tentativas do Governo Estadual de privatizar a empresa em épocas passadas.

Com o intuito de não limitar o período analisado e conseqüentemente deixar de fora da pesquisa períodos em que acontecimentos importantes tenham ocorrido para a CORSAN, a primeira etapa da coleta de dados foi a de entrevistas com cinco empregados dessa empresa pública, para ver a partir de que época eles ouviram falar em privatização da mesma. Os entrevistados foram escolhidos de acordo com seu conhecimento, anos de trabalho na empresa e participação em tentativas do Governo Estadual de privatizá-la em épocas passadas, para relacionar com os documentos e registros históricos que foram analisados. Assim sendo, o entrevistado 1 possui 25 anos na empresa, o entrevistado 2 também tem 25 anos de CORSAN, o entrevistado 3 tem 28 anos de trabalho, o entrevistado 4 tem 28 anos, e o entrevistado 5 já está aposentado, trabalhou por 26 anos na CORSAN, trabalhou de 1990 até 2016, porém foi escolhido mesmo assim tendo em vista seu amplo conhecimento do assunto.

Quanto às entrevistas, foram entrevistas não-estruturadas. As autoras Marconi e Lakatos (2003) explicam que nas entrevistas não-estruturadas, a pessoa que entrevista tem autonomia para incrementar a entrevista no decorrer da conversa entre entrevistador e entrevistado sem precisar seguir um roteiro previamente estabelecido e limitado. Dessa forma, consegue investigar mais a fundo qualquer questão que surja na entrevista, que geralmente costuma ser uma conversa informal. Nela, buscou-se perguntar sobre (1) momentos históricos em que a CORSAN sofreu iminência de privatização; (2) formas de reação dos empregados nesses períodos; (3) momentos de mudança perceptível na forma de trabalho/gestão da empresa pública; (4) vínculos com associações da sociedade civil e sindicato; (5) impactos de ordem legal, a partir de regulamentações nas práticas de trabalho; (6) ações dos empregados frente a essas mudanças organizacionais.

Quanto à pesquisa documental, de acordo com Gil (2002), ela analisa instrumentos que ainda não sofreram alguma intervenção pormenorizada, ou que podem ser reproduzidos conforme o propósito do estudo. Como instrumentos que ainda não sofreram nenhuma intervenção pormenorizada, entende-se:

Documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2002, p. 46).

Ainda de acordo com Gil (2002), a pesquisa documental costuma ser muito valorizada no meio acadêmico em se tratando de pesquisas de caráter histórico, pois os materiais analisados, os documentos, são matrizes abundantes e firmes de informações. O documento analisado neste estudo foi o Balanço Social da CORSAN, de 2011 até 2014, cedido pela própria empresa.

3.2 Lentes analíticas

As informações foram analisadas através de uma análise do discurso foucaultiana. Segundo Foucault (2003, p. 11), o discurso é um “conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outros”, logo, as regularidades da formação discursiva, “também modificadas sem cessar através da história – me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade que merecem ser estudadas” (FOUCAULT, 2003, p. 11). Para Medeiros (2018), a construção do discurso é, concomitantemente, monitorada, escolhida, desenvolvida e partilhada por certas normas que têm por objetivo

evocar suas influências e sua dominação; “dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. [...] Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2012, p. 9).

A análise do discurso enfatiza as relações que o sujeito estabelece com a verdade, nesse sentido, o que se buscou fazer na construção analítica foi tentar entender essas relações, o que é o poder na configuração dos empregados da CORSAN, o que está em disputa, pelo que eles estão querendo lutar, identificando quais são as regras de formação do discurso em torno do qual se organiza a atuação da CORSAN.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir, são apresentados os dois eixos analíticos desta pesquisa. O primeiro trata da formação discursiva em torno da privatização da CORSAN, trazendo desdobramentos históricos com diferentes posses de governos no âmbito estadual e federal, e suas implicações na CORSAN. O segundo mostra as relações dos empregados com as verdades como resistência ao discurso da privatização, demonstrando quais as medidas que estes tomam para fazer frente a esse discurso.

4.1 Formação discursiva em torno da privatização da CORSAN

No Brasil, começou a se falar em privatização de estatais no governo do presidente João Figueiredo, no ano de 1979, porém desde 1930 já se desenvolvia no mundo uma onda neoliberal que modificava gradativamente a forma de pensar das pessoas. Para Harvey (2008), a teoria do neoliberalismo é, inicialmente, um conjunto de mecanismos político-econômicos que sugere que a comodidade e o conforto humano conseguem ser mais bem ocasionados se forem atribuídas autonomia e competência empreendedora aos indivíduos no campo de uma organização institucional qualificada por direitos constantes a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. “Se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas” (HARVEY, 2008, p. 12). No entanto, as interferências do Estado nos mercados, mesmo que estes tenham sido criados por ele, não devem ocorrer em nível diferente do mínimo necessário, pois, conforme a teoria, o Estado não dispõe de conhecimento razoável para compreender adequadamente as circunstâncias do mercado e porque importantes grupos de interesse vão sempre deturpar as interferências dele em seu próprio provento (HARVEY, 2008).

O sucessor de João Figueiredo, José Sarney, continuou com as iniciativas de privatização durante seu mandato (1985-1990), porém foi no governo seguinte, de Fernando Collor, em 1990, que o assunto tomou proporções maiores. Fernando Collor criou o Programa Nacional de Desestatização, que, de acordo com Saurin e Pereira (1998, p. 49), tinha por objetivo “pôr um fim à expansão desordenada do setor público. Propunha, ainda, a implantação de atividades sistemáticas de controle das empresas estatais e a criação das condições necessárias para transferência do controle de empresas para o setor privado”. No entanto, as receitas das privatizações só poderiam ser utilizadas para sanar dívidas do governo.

Para alcançar seu objetivo, o programa pretendia convergir para a diminuição do déficit público; proporcionar a transformação da dívida externa nacional em investimentos de risco; fomentar o mercado de títulos e valores mobiliários; oportunizar a dispersão da posse do capital das empresas; incentivar os mecanismos de competitivos de mercado, através da

desnormalização da atividade econômica; e prosseguir para a realização indireta de serviços públicos, por intermédio de concessão ou permissão (SAURIN; PEREIRA, 1998).

Foi nesse período que os entrevistados 3, 4 e 5 entraram na empresa: os entrevistados 3 e 4 em 1991, e o entrevistado 5 em 1990, período em que o Rio Grande do Sul era governado por Alceu Collares, do Partido Democrático Trabalhista – PDT. Com o impeachment de Fernando Collor em 1992, seu vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência e deu continuidade ao processo de desestatização do país (1992-1994), através da continuação do Programa Nacional de Desestatização, abrindo assim, ainda mais espaço para a entrada dos princípios neoliberais no Governo Federal, e privatizando mais empresas do que o seu antecessor. Com isso, ele pretendia, além de arrecadar dinheiro para o país, delegar à iniciativa privada a gestão de empresas públicas que futuramente poderiam vir a ser deficitárias. Harvey (2008, p. 70) concorda com as iniciativas de Itamar Franco quando coloca que “a receita das privatizações encheria os cofres públicos e livraria o governo de pesadas obrigações futuras com empresas deficitárias”. O autor diz ainda que as empresas gerenciadas pelo Estado, para passar pelo processo de privatização, teriam que passar por uma preparação, que implicaria diminuir sua dívida e aprimorar sua eficiência e alicerces de custo, o que aconteceria demitindo empregados dessas empresas públicas. Além disso, Harvey (2008, p. 70) fala que “a avaliação do preço das empresas também foi organizada para oferecer consideráveis incentivos ao capital privado – um processo que os oponentes compararam a dar a prata da família”.

Durante o governo de Itamar Franco, mais precisamente em 1994, foi a primeira vez que os entrevistados relataram ter ouvido falar na possível privatização da CORSAN, época em que o Rio Grande do Sul ainda era governado por Alceu Collares. Porém, apesar da força da desestatização no governo de Itamar Franco, a ideia de privatização veio com a candidatura, nesse mesmo ano, 1994, de Antônio Britto ao Governo do Estado, que, após vencer as eleições, privatizou a Companhia Riograndense de Telecomunicações, além de 40% da Companhia Estadual de Energia Elétrica, entre outras estatais. Foi também no ano de 1994 que os entrevistados 1 e 2 ingressaram na CORSAN.

No âmbito federal, de 1995 a 2002, entrou para a presidência Fernando Henrique Cardoso, que, seguindo recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), fez mudanças no Programa Nacional de Desestatização criado por Fernando Collor e seguiu privatizando empresas públicas. De acordo com o próprio FMI (2019), ele é uma instituição que “promove a estabilidade financeira e a cooperação monetária internacional. Também facilita o comércio internacional, promove o emprego e o crescimento econômico sustentável e ajuda a reduzir a pobreza em todo o mundo.” Todavia, conforme Costa (2018), o FMI, depois de financiar os países, impôs-lhes algumas mudanças estruturais, com a finalidade de garantir que os países devolveriam o dinheiro, e assim, foi implantando políticas neoliberais nesses países financiados. A partir do exposto pode-se identificar, no discurso emanado pelo FMI e por outros órgãos internacionais, o enunciado do privilégio, já que eles desejam manter essa relação de subserviência para com os países periféricos. Nessa relação, os países periféricos solicitam dinheiro emprestado aos órgãos internacionais, que por sua vez emprestam, mas com a condição de que sejam implantadas políticas neoliberais nesses países. Assim, os países periféricos se mantêm sob o comando desses órgãos, que pouco a pouco conseguem fazer o que bem entendem nesses países.

Nas eleições de 1998, Antônio Britto se candidatou à reeleição para o Governo do Estado, porém perdeu para o candidato Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse período das eleições de 1998, conforme todos os entrevistados relataram, foi muito estressante, pois a continuidade da empresa em que trabalhavam estava em jogo. A fala do entrevistado 5 resume o pensamento que todos os entrevistados manifestaram a respeito:

A pior parte eu acredito que tenha sido no governo Britto. No final do governo Britto nós estávamos na iminência de sermos privatizados, ele já havia vendido a CEEE [somente 40%], e já havia vendido a CRT, portanto, a próxima, a bola da vez seria a CORSAN. Já estávamos dentro da CORSAN todo mundo tentando achar um novo rumo na vida, digamos assim (ENTREVISTADO 5).

Do mesmo modo, o entrevistado 4 descreveu as sensações e sentimentos experimentados na época dizendo:

Foi ali nessa época que eu quase morri, quase infartei, eu queria morrer, a gente sentia aquela dor aqui assim [tocou no peito]... aí quando ganhou o Olívio a gente disse graças a Deus né, aí eu me lembro do primeiro choque que eu tive na política... assim, porque nós estávamos na Avenida Sete ali, correndo, com bandeira, ganhamos a eleição, salvamos a CORSAN! (ENTREVISTADO 4).

Posteriormente, com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo, através dos mandatos de Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016), as privatizações desaceleraram seu ritmo, passando a acontecer em formato de concessão, e não de privatização propriamente dita. Todavia, no Governo Estadual, no decorrer desses anos, depois de Olívio Dutra do PT, entrou no poder em 2003, Germano Rigotto, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, com uma agenda neoliberal, logo, dando continuidade às privatizações. Sobre esse neoliberalismo, o entrevistado 4 emitiu uma opinião, enquanto se referia ao período das eleições de 1998, quando Britto quase venceu com, segundo o Tribunal Regional Eleitoral – RS, 47,97% dos votos válidos, o que veio a ocorrer quatro anos depois com a eleição do candidato Germano Rigotto:

Tava conversado com um amigo e ele disse assim “eu não tô preocupado com a CORSAN, tô preocupado com a situação do país”, e realmente a gente se dá conta que não era só a CORSAN, já tinha outras empresas sendo vendidas, estava se tornando uma coisa neoliberal de Estado mínimo, e essa coisa de Estado mínimo depois o próprio governo vai ficar nas mãos deles, vai começar a depender, não vai poder reclamar e quem perde é o povo, as coisas sempre vão ficar mais caras, e quem realmente vai perder é a população mais carente (ENTREVISTADO 4).

Nesse sentido, Dardot e Laval (2016, p. 7) explicam que o neoliberalismo “é um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”. Para Medeiros (2018, p. 108) o neoliberalismo é caracterizado por ações que almejam “o livre mercado com mínima participação estatal na economia, baixa intervenção no mercado de trabalho e a desburocratização do estado, tornando leis e regras econômicas mais simples para facilitar o funcionamento das atividades econômicas mais flexíveis e negociáveis”. Os autores Dardot e Laval (2016, p. 17) complementam dizendo que o neoliberalismo também “pode ser definido como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Em outro trecho da mesma página, os autores colocam que a principal característica da racionalidade liberal é “a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (p. 17). O grande problema de ter a concorrência como característica principal é que ela vai alterando a dinâmica da sociedade.

Em 2007, com seu olhar voltado para a dívida pública do governo, o déficit público e a questão orçamentária, e em sequência à política de incentivo à privatização do Governo Rigotto, assumiu o Estado Yeda Crusius, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Nesse período, terminou o contrato da unidade de Uruguaiana da CORSAN com a Prefeitura da cidade, mais precisamente no ano de 2010, e o Prefeito de Uruguaiana, Sanchotene Felice,

ao invés de assinar um novo contrato com a CORSAN, preferiu fazer uma licitação. A empresa vencedora foi a Foz do Brasil, empresa integrante do grupo Odebrecht. Nessa unidade de Uruguaiiana trabalhava o entrevistado 3, que foi transferido para a unidade de Quaraí. Sobre esse processo, o entrevistado coloca que:

Eu e os colegas de Uruguaiiana sentimos na pele. Chega a me arrepiar quando falam em privatização, porque nós sentimos. Teve gente que deixou família... nossos colegas de Uruguaiiana deixaram família e foram pra Santa Maria e pra outros lugares, cada um saiu pro seu lado e assim, nós, 1 ano e pouco... nós vivemos do céu ao inferno, por causa das malas de dinheiro da privatização né... que na verdade, [não é] nada que o serviço estivesse ruim, tem defeitos como todas as coisas, mas era mais para as malas de dinheiro da Odebrecht que eles queriam, e os prefeitos queriam né (ENTREVISTADO 3).

Dentro dessa ótica, sobre essas malas de dinheiro que o entrevistado citou, ele quis dizer que as grandes empresas e empreiteiras teriam supostamente subornado os vereadores e prefeito da cidade para que ficassem a favor da licitação em Uruguaiiana, o que o entrevistado também disse não ter sido provado nas operações da Lava-Jato¹. Porém, no quadro 1 estão listadas algumas manchetes de reportagens midiáticas que mostram o quão polêmico foi o processo feito em Uruguaiiana, o que vem ao encontro das declarações do entrevistado.

Quadro 1 – Reportagens sobre a mudança no saneamento em Uruguaiiana

JORNAL	MANCHETE	DATA	DESDOBRAMENTO
Tribuna – o Blog de Uruguaiiana	Ministério Público de olho nas privatizações de água	03/07/2012	Máfia da água – o Ministério Público tem uma gravação em que uma importante figura pública estadual aparece oferecendo propina a prefeito gaúcho para que ele privatize os serviços de água e esgoto. O dinheiro seria para convencê-lo a direcionar a licitação para os controladores do esquema de corrupção.
GaúchaZH	Lava-Jato chega a contrato de esgoto em Uruguaiiana	12/04/2017	Suspeitas em torno da concessão de saneamento envolvendo prefeito, ex-prefeito e vereador foram citadas em delações de dois executivos da Odebrecht.
GaúchaZH	Vídeo: diretor da Odebrecht diz que deputado Frederico Antunes recebeu R\$70 mil via caixa 2	13/04/2017	Contribuição seria para campanha em troca de apoio em contrato da empresa em Uruguaiiana, onde o serviço de saneamento foi privatizado.

¹ “A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. No primeiro momento da investigação, foram investigadas e processadas quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, que são operadores do mercado paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobrás (maior estatal brasileira). Iniciada em 2014, estima-se que nesse esquema, que dura pelo menos 10 anos, grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da Petrobrás e outros agentes públicos” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2019).

GaúchaZH	Como Uruguaiana entrou na rota da Odebrecht	14/04/2017	De acordo com os delatores, prefeito, ex-prefeito, deputado estadual e vereadores receberam caixa 2 nas campanhas eleitorais de 2012 e 2014.
GaúchaZH	Privatização de saneamento foi marcada por disputas judiciais em Uruguaiana	15/04/2017	Assinado com a Odebrecht Ambiental, o contrato ocorreu da insatisfação do então prefeito, Sanchotene Felice com a operação prestada pela CORSAN
CUT – Rio Grande do Sul – Central Única de Trabalhadores	“A verdade vem à tona”, afirma Sindiágua sobre corrupção na privatização do saneamento de Uruguaiana	17/04/2017	O caso de Uruguaiana é a comprovação de que toda e qualquer aproximação de empresas privadas no saneamento tem algo de podre.

Fonte: elaborado pela autora.

Com efeito, o entrevistado 1 afirma que “só privatizam ou porque esses malditos políticos vão levar dinheiro escondido, como é em todo lugar, ou porque eles estão atestando que são incompetentes, pra não ter dentro do partido gente pra comandar uma empresa que não tem como não dar lucro”. Essa colocação do entrevistado refere-se ao fato de que o presidente da CORSAN é escolhido pelo Governador do Estado, logo, o Governador seria incompetente de não ter alguém, dentro do seu partido político, com capacidade para gerenciar a empresa. Além disso, com essa declaração, o entrevistado demonstra que acredita que em todas as cidades, ou pelo menos na maioria delas, o processo de licitação se dê da mesma maneira que em Uruguaiana. No quadro 2 são mostradas reportagens midiáticas que comprovam o descontentamento generalizado com o serviço prestado pelas empresas privadas que já passaram pelo saneamento de Uruguaiana, o que reforça as falas dos entrevistados quando dizem que o serviço privado não é melhor do que o prestado por uma empresa pública.

Quadro 2 – Reportagens sobre descontentamento em Uruguaiana

JORNAL	MANCHETE	DATA	DESDOBRAMENTO
Sul21	Conta da água em Uruguaiana polemiza estreia de empresa	03/08/2011	A primeira fatura cobrada pela empresa Foz do Brasil já gerou reclamações de centenas de pessoas. Uma ação popular contra a Foz do Brasil, por indução ao engano, deve ser impetrada por dezenas de consumidores, pois a promessa de que a tarifa seria mais baixa não foi verídica.
Claudemir Pereira	O povo paga: Uruguaiana privatizou a água. Já na primeira tarifa, conta ficou com os mais pobres	03/08/2011	Prefeito Sanchotene Felice prometeu que tirar da CORSAN o serviço significaria preço menor da tarifa. Já na primeira conta recebida, os mais pobres receberam faturas maiores.
Jornal do Comércio	Multas e obras atrasadas aguardam a Brookfield	27/04/2017	Quando assumir efetivamente os contratos da Odebrecht Ambiental, que gerencia o sistema de água e saneamento na cidade de Uruguaiana, a canadense Brookfield

			poderá se deparar com problemas além do previsto. Por atrasos no projeto, a Odebrecht acumula multas que somam mais de R\$30 milhões.
Sul21	Privatização da água: Prefeitura de Uruguaiana cobra mudanças no contrato e multas por atraso	08/10/2019	A promessa era de universalizar o acesso a água, coleta e tratamento de esgoto por cinco anos. Passados oito anos, houve avanços, mas as obras não terminaram e a relação entre a cidade e a iniciativa privada azedou.

Fonte: elaborado pela autora.

Após Yeda Crusius, entrou no Poder Executivo Estadual, em 2011, Tarso Genro, do PT, que freou as privatizações no estado. Em 2015, o Governo do Estado foi assumido por José Ivo Sartori, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que intensificou as tentativas de privatizações, propondo uma emenda à Constituição Estadual para não precisar realizar plebiscito para vender a Companhia Riograndense de Mineração (CRM), o restante da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás).

No quadro 3 são mostradas reportagens que ilustram a repercussão das tentativas do governador José Ivo Sartori de acelerar o processo de privatização de estatais. Isso tudo ocorreu em consonância com o plano federal, quando Michel Temer assumiu a presidência após o impeachment de Dilma, em 2016, e reiniciou as privatizações com a criação do Programa Crescer.

Quadro 3 – Reportagens sobre iniciativas de privatização do governo Sartori

JORNAL	MANCHETE	DATA	DESDOBRAMENTO
G1 – RBS TV	RS diz que privatização da CORSAN e Banrisul está afastada do plano	08/03/2017	Governo negocia com a União termos do acordo de adesão ao plano. Conforme secretário, Sulgás, CRM e CEEE podem ser privatizadas.
CUT – Rio Grande do Sul – Central Única de Trabalhadores	Parceria Público-Privada que Sartori quer implantar pode inviabilizar a CORSAN, alerta Sindiágua	01/05/2017	“Essa proposta vai repassar dinheiro público, já investido em obras de saneamento na Região Metropolitana, sem licitação, sem nada. A iniciativa privada vai entrar no sistema construído com dinheiro público já arrecadando de cara. Não investe nem um centavo de dinheiro próprio e já sai arrecadando” diz o presidente do Sindiágua.
Esquerda online	Ao apagar das luzes do seu governo, Sartori (MDB) acelera privatizações da CORSAN	24/07/2018	A intenção do governo Sartori é nítida: implementar a qualquer custo o sistema de PPP (Parceria Público-Privada) na CORSAN. Com a proximidade do encerramento do governo, as movimentações aceleram.

Fonte: elaborado pela autora.

No âmbito nacional, em 2019, assumiu a presidência Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal – PSL, que já aos 8 meses de mandato, até agosto do respectivo ano, somava 17 empresas na lista das próximas a serem privatizadas. Nesse mesmo período, entrou para o Governo Estadual o governador Eduardo Leite, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, que seguiu o mesmo caminho de seu antecessor e conseguiu que a Assembleia Legislativa aprovasse a emenda à Constituição Estadual para vender as três estatais: CRM, CEEE e Sulgás. Em setembro de 2019, entra em discussão uma proposta de emenda à Constituição Estadual para que também não seja necessário plebiscito para vender o Banrisul e a CORSAN.

Cada município tem um contrato com a CORSAN, por isso que agora tá um pouco mais difícil de privatizar a CORSAN. Em Quaraí, em 2010 foi assinado o contrato, até 2035, poderá ser revisado né... me parece que é de 5 em 5 anos que tem uma revisão. Com essa legislação, no momento, é meio difícil [privatizar], mas tem um projeto na Assembleia Legislativa pra cair o plebiscito, inclusive a gente trabalhou nesse plebiscito pra quando vender uma empresa pública, consultar a comunidade, e aí agora o governo quer tirar, já tirou pra Sulgás, CRE, CEEE. Agora tem um deputado que entrou com um projeto na Assembleia pra tirar o plebiscito da CORSAN e do Banrisul. Então se passar na Assembleia isso aí... é complicado, se mudarem a legislação, aí corremos risco (ENTREVISTADO 2).

Isso é corroborado pelas notícias que aconteceram de mobilizações contrárias à essa iniciativa, das quais algumas estão listadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Reportagens sobre o plebiscito para privatizar estatais

JORNAL	MANCHETE	DATA	DESDOBRAMENTO
GaúchaZH	Deputado propõe fim de plebiscito para privatizar Banrisul	10/09/2019	O deputado Sergio Turra (PP) protocolou no dia 10/09 na Assembleia Legislativa proposta de emenda à Constituição (PEC) que desobriga o governo do Estado a realizar plebiscito antes de privatizar Banrisul, CORSAN e Procergs.
Federação Nacional dos Urbanitários – FNU	Fim da necessidade de plebiscito para privatizar a CORSAN, Banrisul e Procergs. O início do fim!	02/10/2019	Para debater o tema da tentativa de privatização do que resta das estatais gaúchas estiveram reunidos na sede do Sindiágua, em POA, representantes da CORSAN e do Banrisul.
GaúchaZH	PEC prevê fim de plebiscito para privatizar Banrisul avança na Assembleia	14/10/2019	A proposta de emenda à Constituição (PEC) que desobriga o governo do Estado a realizar plebiscito para privatizar Banrisul, Procergs e CORSAN avança na Assembleia Legislativa.

Fonte: elaborado pela autora.

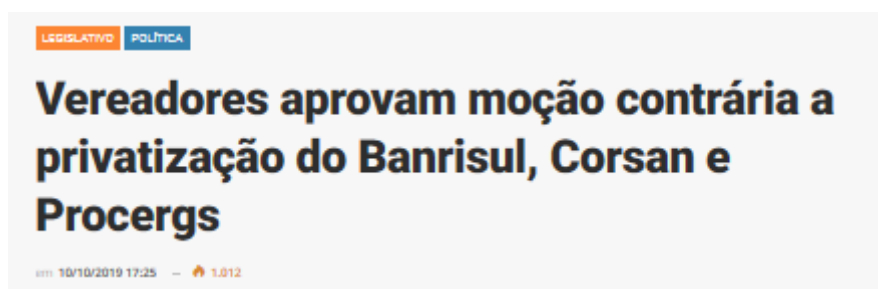
No entanto, ao contrário do que coloca o entrevistado 2, o fato de existirem vários contratos da CORSAN, um com cada cidade, pode tornar-se benéfico ao processo de privatização, visto que em cada unidade já existe um patrimônio e maquinário de benfeitorias realizadas pela CORSAN, além de mão-de-obra especializada, facilitando o início de trabalho da empresa que conseguisse adquiri-la. E, legalmente, com a compra da CORSAN, os contratos com as diferentes prefeituras sofriam apenas um aditivo.

4.2 Relações dos empregados com as verdades e a resistência ao discurso da privatização

Como resposta à proposta de emenda à Constituição Estadual para poder vender a CORSAN e o Banrisul sem precisar consultar a comunidade através de plebiscito, o entrevistado 2 disse que a delegada sindical que os representa “vai pedir uma moção na Câmara de Vereadores de repúdio pra mandar pra Assembleia, contra a privatização. Em todas as Câmaras os delegados vão fazer isso”, e essa é uma das formas que os entrevistados disseram utilizar para se manifestar contra a privatização quando esta se aproxima. Igualmente, os vereadores da cidade de Erechim se manifestaram contra a privatização através de uma moção, que se encontra no Anexo A. A Figura 1 na página seguinte mostra a manchete de uma reportagem do jornal Boa Vista, de Erechim, que elucida esse acontecimento ocorrido no dia 10 de outubro de 2019.

Além disso, todos os entrevistados concordaram quando disseram que o sindicato é bastante atuante, e que sempre que começam a surgir boatos de que uma privatização desponta, já são estimulados a se reunir para deliberar sobre medidas que toquem a população para se unir a eles contra a privatização. Para o entrevistado 5, “a pior parte foi lá no governo Britto. O sindicato foi que garantiu. O sindicato através das manifestações, através das brigas dentro das escolas, dentro da sociedade civil organizada, foi que conseguiu barrar o projeto”.

Figura 1 – Reportagem do jornal Boa Vista de Erechim



Fonte: Jornal Boa Vista.

Sob o mesmo ponto de vista, o entrevistado 3 disse “o nosso sindicato é muito forte, sempre levanta a bandeira quando falam em privatizar [...], nós íamos nas reuniões da Câmara, nós íamos nas audiências públicas, sempre quando tem alguma coisa contra a CORSAN nós estamos lá, todos”. A partir dessa forma que os empregados têm de se unir para lutar contra a privatização, que é algo que eles são contra, fica visível o enunciado do coletivismo por trás do discurso deles. Isso faz com que se mobilizem em conjunto, a fim de alcançar seus objetivos com mais afinco, e atingir um maior número de pessoas. Entretanto, o entrevistado 1 manifestou uma opinião divergente a do entrevistado 3 quando disse que:

Nem sempre vão todos, que nem agora... teve uma audiência pública que nós deveríamos ter ido, iam votar uma moção de repúdio contra as privatizações e a atitude do atual governador, do Leite. Foi lá na Gaudêncio [bairro quaraiense]. Mas muito pouca gente foi, foram 3 empregados. Isso tá errado, deveriam ter ido! Só que muitos, como eu, não vão porque eu entendo que eu tenho que fazer a minha parte é trabalhando, e outros só querem fazer a [sua] parte nessa hora aí, que é ridículo isso, não tá certo. Muitos empregados não se dão conta, parece que são tapados. Eu sempre digo que não adianta fazer atos e ir pra praça e manifestações se tu não fazes teu serviço direitinho. Uma coisa que me irrita profundamente é os caras chegarem as 8, baterem ponto, e ficarem tomando mate até 8 e meia, 9 horas. Isso tá depondo contra o serviço público! (ENTREVISTADO 1).

Nessa fala fica expressa a força do gerencialismo já permeando o serviço público desde a Reforma do Aparelho de Estado em 1995 proposto por Bresser Pereira, que tinha como intuito flexibilizar o regime de estabilidade dos empregados públicos, promover alterações na legislação que regulamentava o regime de trabalho desses empregados para assim eliminar seus privilégios, também foram criados indicadores de desempenho para avaliar o trabalho dos empregados, entre outras mudanças que buscavam tornar mais eficientes as empresas estatais. Logo, é possível identificar no discurso do entrevistado 1 o enunciado da eficiência, que é a base do dispositivo do gerencialismo, já que esse entrevistado se preocupa muito mais com a eficiência tecnocrata do serviço prestado pelos empregados da CORSAN do que com seus tempos gastos com ações de politização. Esse enunciado da eficiência muitas vezes faz com que os indivíduos sejam contra socializações no ambiente de trabalho, já que isso atrasa a execução dos seus serviços e os faz perder tempo, e por vezes os impede de se sindicalizar, porque eles consideram que isso é incorreto ou inadequado. Assim, o enunciado da eficiência funciona como elemento do discurso que tende a despolitizar os empregados. Essa diferença de pensamento entre os entrevistados pode estar pautada na diferença de cargos que ocupam na empresa, já que o entrevistado 1 ocupa um cargo administrativo, enquanto os demais entrevistados ocupam cargos operacionais. De acordo com Dellanese (2018), foi implantado na CORSAN, em 2016, o Sistema Móvel de Serviços (SMS), com a finalidade de otimizar a realização dos serviços operacionais pela empresa. Uma das tarefas do entrevistado 1 é distribuir as ordens de serviço do dia para cada equipe de trabalhadores operacionais, e essa distribuição é feita no SMS. Em vista disso, o horário de expediente do entrevistado 1 começa 30 minutos antes do que o horário dos demais empregados, para que quando os empregados operacionais cheguem à empresa, 30 minutos depois, as ordens de serviço já estejam prontas e destinadas a cada equipe de trabalho. Porém, os empregados chegam e, antes de iniciar suas tarefas, fazem esse momento de socialização na área externa da empresa, por isso a inquietação do entrevistado 1. Ainda segundo Dellanese (2018, p. 15), “a implementação do SMS possibilita a organização e controle das rotinas de trabalho, proporcionando o planejamento e a otimização do tempo”, o que enfatiza o enunciado da eficiência presente na gestão pública.

Contudo, os entrevistados concordam que a conquista da população é feita através do serviço prestado pelos empregados da CORSAN, assim como coloca o entrevistado 4:

Quando eles saem pra trabalhar, eles tentam fazer da melhor maneira possível, para conquistar a comunidade de que a nossa empresa é a melhor no escritório, na rede, no tratamento de água e tratamento de esgoto, e que é o melhor serviço possível o que a gente faz, desde o contato do leiturista, para mostrar que uma empresa pública é de qualidade. [...] A gente tem que se esforçar cada dia pra conquistar a população, porque há medida que a população começa, em um levante, a reclamar, automaticamente vem plebiscito e a gente perde o emprego (ENTREVISTADO 4).

Nessa fala, percebe-se o enunciado da (des)politização, porque é notório que os empregados se unem quando sentem que o perigo da privatização se aproxima, porém se desassocia e prestam mais atenção à técnica quando não há iminência de privatização, preponderando o enunciado do individualismo. O enunciado da (des)politização em conjunto com o enunciado da eficiência dão base para a consolidação do dispositivo gerencialista. E nessa fala também surge o enunciado do privilegismo, já que para manter os privilégios que possuem nesse emprego, são capazes de trabalhar para conquistar a comunidade.

Tomando por base a variação dos enunciados que se alternam, modificando de tempos em tempos os discursos dos empregados, é interessante entender qual a percepção da comunidade de Quaraí a respeito do serviço prestado pela CORSAN. Nesse sentido, os

entrevistados concordaram que depende de como as pessoas influentes da cidade manifestam sua opinião, se a favor ou contra.

A cidade sempre depende, se tem um radialista, por exemplo, que tá falando mal, que tá dizendo que o serviço não tá bom, a cidade fica a favor desse aí, vai nessa onda, entende? Se a empresa presta um bom serviço, ninguém nem lembra que a CORSAN existe. A maioria da população paga a conta e nem sabe onde é o escritório da CORSAN, quem vai lá reclamar é porque tem algum serviço que não tá conforme, ou porque deixou de pagar alguma coisa, mas quem vai procurar a CORSAN é uma minoria, de 9 mil economias não vai nem 500 lá reclamar ou pedir alguma coisa, é sempre assim (ENTREVISTADO 1).

No balanço social da CORSAN, referente ao período de 2011 até 2014, documento cedido pela empresa, consta uma pesquisa de satisfação que a empresa fez em 2013 com 23.910 pessoas, de 64 municípios gaúchos. A pesquisa mostrou que 87% dos clientes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados pela CORSAN. Ademais, a nota média geral da empresa, em uma escala de 1 a 10 ficou em 7,89, o que mostra que a empresa, de modo geral, é bem vista pela sociedade. Além disso, esse balanço social, em conjunto com os demonstrativos financeiros encontrados no site da empresa provam que ela é superavitária, como pode ser visto no Apêndice A, não dando, portanto, motivos para que o governo queira se desfazer dela considerando seus indicadores econômicos e financeiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar como se dá a formação discursiva em torno da privatização da CORSAN e como os empregados da unidade de Quaraí resistem ao discurso de privatização proposto pelo Governo Estadual ao longo das últimas décadas. O objetivo do estudo foi alcançado, pois através de entrevistas com cinco empregados que acompanharam nas últimas décadas as tentativas de privatização da CORSAN, e através da análise de documentos organizacionais e midiáticos que mostram as repercussões do assunto no Estado, foi possível realizar uma genealogia do discurso da privatização.

Analisando essa formação discursiva em torno da privatização, e tomando por base as teorizações foucaultianas, chegou-se à conclusão de que os discursos dos entrevistados florescem a partir de enunciados como: 1) o enunciado da eficiência, quando o entrevistado 1 se incomoda com a socialização de alguns colegas de trabalho em horário de expediente; 2) o enunciado do coletivismo, quando os empregados querem lutar por algo em comum; 3) o enunciado do individualismo, já que quando não há perigo de privatização da CORSAN, os empregados não se empenham em realizar atividades que conquistem a comunidade, ou em comparecer em reuniões do sindicato; 4) o enunciado da (des)politização, pois ora os empregados se politizam quando estão em ameaça ora, no cotidiano, são levados a pensar na técnica e não na política; e 5) o enunciado do privilegismo, quando se esforçam em manter a empresa estatal para não perder seus privilégios de empregados públicos. Esse enunciado do privilegismo também foi encontrado no discurso emanado pelos órgãos internacionais, quando financiam países periféricos para estabelecer relação de dependência entre eles, e assim também implementar neles políticas neoliberais que visam manter os seus padrões de dependência.

Quanto às práticas de resistência dos empregados em relação à privatização, os entrevistados disseram ter um sindicato atuante e que estimula a mobilização dos empregados de cada unidade da CORSAN a se reunirem, a fazer atos públicos nas suas cidades para conquistar a população. Todavia, ficou marcante o fato de não realizarem mais greve, pois segundo a administração da CORSAN de Quaraí ao longo dos anos, os períodos de greve

acarretam repúdio da população. Nesse sentido, o que a organização costuma fazer são abaixo-assinados e moções de repúdio à privatização para a Câmara de Vereadores.

O estudo teve como limitação a falta de acesso a empregados de outras unidades da CORSAN, e por isso se sugere que, para pesquisas futuras, sejam entrevistados mais empregados dessa empresa pública. Além disso, seria interessante entrevistar empregados de diferentes posições administrativas e de setores distintos dentro da própria instituição. Além disso, seria interessante levar em conta a opinião do sindicato, a opinião da comunidade, e a posição da Prefeitura da Cidade em estudos futuros, para fazer um contraponto entre as opiniões.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Antonio V. B.; SANTOS, Mariana V. Redes Sociais Informais e Compartilhamento de Significados sobre Mudança Organizacional. **Rev. Adm. Empres.**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 1-13, Set. 2007.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CLAUDEMIR PEREIRA. **O povo paga**: Uruguaiana privatizou a água, já na primeira tarifa, conta ficou com os mais pobres. Disponível em: <<https://claudemirpereira.com.br/2011/08/o-povo-paga-uruguaiana-privatizou-a-agua-ja-na-primeira-tarifa-conta-ficou-com-os-mais-pobres/>>. Acesso em: 09 nov. 2019, 20:40:30.

COSTA, Camila F. **A universidade pública e o padrão dependente de educação superior**: uma análise da articulação entre as políticas de ampliação do acesso e de incentivo à inovação. 2018. 266 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

COSTA, Karen F. Entre Normas Internacionais e Interesses: a Privatização das Telecomunicações no Brasil, México e Argentina. **Pensamento e Realidade**, São Paulo, v. 26, n. 3, Dez. 2011.

CUT – CENTRAL ÚNICA DE TRABALHADORES – RS. **Parceria Público-Privada que Sartori quer implantar pode inviabilizar a CORSAN, alerta Sindiágua**. Disponível em: <<http://cutrs.org.br/parceria-publico-privada-que-sartori-quer-implantar-pode-inviabilizar-a-CORSAN-alerta-sindiagua/>>. Acesso em: 09 nov. 2019, 19:36:51.

_____. **“A verdade vem à tona”, afirma Sindiágua sobre corrupção na privatização do saneamento de Uruguaiana**. Disponível em: <<http://cutrs.org.br/a-verdade-vem-a-tona-afirma-sindiagua-sobre-corrupcao-na-privatizacao-do-saneamento-de-uruguaiana/>>. Acesso em: 09 nov. 2019, 19:39:35.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELLANHESE, Tiago M. **A visão interna na implementação do sistema móvel de serviços na área operacional da CORSAN**. 2018. Trabalho de Conclusão (Especialização

em Gestão Pública Municipal) – Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.

REZENDE, Frederico P. de; FREITAS, Flávio O. de; SILVA, Elizângela A. T. de O. Cultura Organizacional e Resistência a Mudança. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT**, Resende-RJ, Out. 2011.

ESQUERDA ONLINE. **Ao apagar das luzes do seu governo, Sartori (MDB) acelera privatização da CORSAN**. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2018/07/24/ao-apagar-das-luzes-do-seu-governo-sartori-mdb-acelera-privatizacao-da-CORSAN/>>. Acesso em: 09 nov. 2019, 19:30:15.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS. **Fim da necessidade de plebiscito para privatizar a CORSAN, Banrisul e PROCERGS**. O início do fim! Disponível em: <<https://www.fnucut.org.br/fim-da-necessidade-de-plebiscito-para-privatizar-a-CORSAN-banrisul-e-procergs-o-inicio-do-fim/>>. Acesso em: 19:34:49.

FERREIRA, Érica C. do V. et al. Privatização e Mudanças Organizacionais: um Estudo de Caso sobre Transformação Cultural e Comportamental. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 468-491, Set. 2010.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In P. RABINOW e H. DREYFUS, **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2003 [1973].

_____. **A ética do cuidado de si como prática da liberdade**. In: Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 [1984].

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. **A Arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Sobre**. Disponível em: <<https://www.imf.org/es/About/Factsheets/IMF-at-a-Glance>>. Acesso em: 03 dez. 2017, 18:34:35.

G1 – RBS TV. **RS diz que privatização da CORSAN e Banrisul está afastada do plano**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2017/03/rs-diz-que-privatizacao-da-CORSAN-e-banrisul-esta-afastada-de-plano.html>>. Acesso em: 09 nov. 2019, 19:37:40.

GAÚCHAZH. **PEC que prevê fim de plebiscito para privatizar Banrisul avança na Assembleia**. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/10/pec->

que-preve-fim-de-plebiscito-para-privatizar-banrisul-avanca-na-assembleia-ck1r1477z062s01n3z1en30s2.html>. Acesso em: 09 nov. 2019, 19:32:55.

_____. **Deputado propõe fim de plebiscito para privatizar Banrisul.** Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/09/deputado-propoe-fim-de-plebiscito-para-privatizar-banrisul-ck0ej6fup00r301tg6d92qpal.html>>. Acesso em: 09 nov. 2019, 19:33:45.

_____. **Privatização de saneamento foi marcada por disputas judiciais em Uruguaiiana.** Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/04/privatizacao-de-saneamento-foi-marcada-por-disputas-judiciais-em-uruguaiiana-9772699.html>>. Acesso em: 09 nov. 2019, 19:40:12.

_____. **Como Uruguaiiana entrou na rota da Odebrecht.** Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/04/como-uruguaiiana-entrou-na-rota-da-odebrecht-9772348.html>>. Acesso em: 19:41:05.

_____. **Vídeo: diretor da Odebrecht diz que deputado Frederico Antunes recebeu R\$70 mil via caixa 2.** Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/04/video-diretor-da-odebrecht-diz-que-deputado-frederico-antunes-recebeu-r-70-mil-via-caixa-2-9771386.html>>. Acesso em: 09 nov. 2019, 19:42:21.

_____. **Lava-Jato chega a contrato de esgoto em Uruguaiiana.** Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/04/lava-jato-chega-a-contrato-de-esgoto-em-uruguaiiana-9770440.html>>. Acesso em: 09 nov. 2019, 19:47:37.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JORNAL BOA VISTA. **Vereadores aprovam moção contrária a privatização do Banrisul, CORSAN e PROCERGS.** Disponível em: <<https://jornalboavista.com.br/10102019vereadores-aprovam-mocao-contraria-a-privatizacao-do-banrisul-CORSAN-e-procergs>>. Acesso em: 10 nov. 2019, 15:20:42.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Multas e obras atrasadas aguardam a Brookfield.** Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/04/economia/559426-multas-e-obras-atrasadas-aguardam-a-brookfield.html>. Acesso em: 09 nov. 2019, 20:07:55.

JUNIOR, Valdir M. V.; MEDEIROS, Cíntia R. O.; TEIXEIRA, Fabiane D. Luz, Câmera, Ação! Quando a Resistência ao Poder e Controle Organizacional Provoca o Riso. **Rev. Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 6, n. 2, p. 75-92, Mai./Ago. 2017.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Antônio L. et al. Relações entre Resistência a Mudança e Comprometimento Organizacional em Empregados Públicos de Minas Gerais. **Rev. Adm. Contemp.**, Curitiba, v. 18, n. 2, p. 161-175, Abr. 2014.

_____; BORGES, Renata S. G. e; ALMADA, Lívia. Resistência à Mudança Organizacional e Estresse no Trabalho. **Rev. Adm. FACES Journal**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 8-24, Jan./Mar. 2016.

MEDEIROS, Igor B. O. **Uma genealogia do management**: ensaio sobre os dispositivos da gestão no cotidiano. 167 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Caso Lava-Jato**: entenda o caso. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 03 dez. 2019, 20:29:50.

PREFEITURA DE ERECHIM. **Moção feita pela Câmara de Vereadores de Erechim**. Disponível em: <https://sapl.erechim.rs.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2019/20754/mocao_procer_gs_banrisul_e_CORSAN.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019, 15:44:40.

PAIVA, Danielle S.; ANDRADE, José C. S. Resistências à Mudança Organizacional: Análise do Processo de Implantação do Sistema de Gestão Integrada no SENAI-BA. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria-RS, v. 6, n. 3, p. 614-632, Set. 2013.

PALASSI, Márcia P.; SILVA, Alfredo R. L. da. A Dinâmica do Significado do Trabalho na Iminência de uma Privatização. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 47-62, Abr. 2014.

PENA, Felipe G. et al. Entre os Mecanismos de Controle e a Resistência: um Estudo sobre as Relações de Poder nas Organizações a partir da Análise de Charges. **Revista Gestão e Conexões**, Vitória (ES), v. 6, n. 2, p. 31-53, Jul./Dez. 2017.

SANTOS, Elisabete; ROSSI, Renata. A Regulação das Águas no Semiárido Baiano. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 12, n. 32, p. 63-77, Mar. 2005.

SAURIN, Valter; PEREIRA, Breno A. D. O Programa Nacional de Desestatização: aspectos relevantes da política de privatização. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 43-59, Jan. 1998.

SIQUEIRA, Selene de S. Instituições e Privatização: uma Análise do Programa Brasileiro de Desestatização. **Gestão e Sociedade**, São Paulo, v. 2, n. 4, Set. 2009.

SUL21. **Privatização da água**: Prefeitura de Uruguaiana cobra mudanças no contrato e multas por atraso. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/saneamento-basico/2019/10/privatizacao-da-agua-prefeitura-de-uruguaiana-cobra-mudancas-no-contrato-e-multas-por-atraso/>>. Acesso em: 09 nov. 2019, 19:38:10.

_____. **Conta da água em Uruguaiana polemiza estreia de empresa**. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/noticias/2011/08/tarifa-da-agua-com-empresa-privada-assustam-uruguaiana/>>. Acesso em: 09 nov. 2019, 20:15:42.

TRIBUNA DE URUGUAIANA. **Ministério Público de olho nas privatizações da água.** Disponível em: <<https://tribunadeuruguaiana.blogspot.com/2012/07/ministerio-publico-de-olho-nas.html>>. Acesso em: 09 nov. 2019, 20:10:31.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – RS. **Resultados finais do 2º Turno a partir dos dados divulgados pelo TRE.** Disponível em: <<http://capa.tre-rs.jus.br/eleicoes/1998/2oturno/welcome.html>>. Acesso em: 09 nov. 2019, 15:13:11.

APÊNDICE A – Quadro com demonstrações econômicas e financeiras da CORSAN

Quadro 5 – Demonstrações econômicas e financeiras da CORSAN de 2011 até 2018

ANO	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (EM MILHARES DE REAIS)
2011	231.280
2012	237.641
2013	167.451
2014	232.753
2015	163.877
2016	207.872
2017	382.678
2018	292.087

Fonte: elaborado pela autora.

ANEXO A – Moção feita pela Câmara de Vereadores de Erechim

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM
Rua Comandante Salomoni, 21 – Centro
99700-078 – Telefone: (54) 2107-7100
camara@erechim.rs.leg.br
www.erechim.rs.leg.br

MOÇÃO Nº _____/201

Senhor Presidente

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art.91 do Regimento Interno, a presente Moção Contrária a Proposta de Emenda Constitucional 280/2019 que tramita na assembleia legislativa e dispensa consulta plebiscitária para venda das estatais Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – BANRISUL, Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN e Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS a ser encaminhada ao Excelentíssimo Governador Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite, ao presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, ao Secretário-chefe da Casa Civil e a todos(as) deputados (as) gaúchos (as).

Considerações:

1. Considerando que estamos tratando de patrimônio público construído com esforço e com recursos do povo gaúcho;
2. Considerando que tais empresas estatais, em especial o BANRISUL, são essenciais para o desenvolvimento do nosso estado;
3. Considerando que a privatização das mesmas dificultará a execução de diversas políticas públicas no nosso município que por sua vez podem acarretar em importantes perdas econômicas;
4. Considerando que a privatização destas empresas poderá agravar o alto índice de desemprego que atinge o Estado;
5. Considerando que o Banrisul é estratégico, pois indicadores demonstram que 98,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado passa pelo banco, na forma de crédito para infraestrutura, agrícola, folhas de pagamento, entre outros;
6. Considerando que em 2018 o Banrisul fechou o ano com 1,1 bilhões de lucro líquido;
7. Considerando que a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul- PROCERGS detém informações estratégicas pois “...atua em 100% dos órgãos do executivo estadual e processa diariamente milhões de transações vitais para o bom funcionamento do Estado, beneficiando a vida de milhões de gaúchos;”
8. Considerando que a Companhia Riograndense de Saneamento CORSAN abastece cerca de 6 milhões de gaúchos, ou seja, 2/3 da população do Estado, distribuídos em 316 municípios;
9. Considerando que a CORSAN atua em áreas estratégicas e vitais que são o fornecimento de água e o saneamento básico;
10. Considerando que o plebiscito é uma das formas democráticas para que a população gaúcha defina o futuro de seu estado;

Nestes termos, pede-se deferimento.

Câmara de Vereadores de Erechim, 07 de outubro de 2019.

Vereadores Abaixo-assinados